CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM DE BICAS/MG

EDITAL Nº 02/2024

501 – ADVOGADO

SÁBADO TARDE

ORIENTAÇÕES

1. Este **Caderno de Prova**, contém **30 (trinta)** questões objetivas, com **4 (quatro)** alternativas cada uma, sempre na sequência **A**, **B**, **C**, **D**, das quais somente uma deve ser assinalada sem repetição ou falha e Prova Discursiva com **02 (duas)** questões. Confira-o e, em caso de qualquer problema, informe **IMEDIATAMENTE** ao fiscal.
2. Após a conferência, assine, no espaço próprio da **Folha de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente. Não DOBRE, AMASSE ou MANCHE a **Folha de Respostas.** Ela **SOMENTE** poderá ser substituída se, no ato da entrega estiver danificada.
3. A duração da prova será de **03h30 (três horas e trinta minutos)**, inclusos, nesse tempo, a distribuição da prova, a leitura das instruções e o preenchimento da Folha de Respostas, sendo responsabilidade do candidato observar os horários estabelecidos.
4. Somente será permitido ao candidato retirar-se definitivamente da sala de prova mediante a **entrega obrigatória de sua Folha de Respostas**, devidamente preenchida e assinada, ao Fiscal.
5. Os candidatos **não poderão** se ausentar da sala ou do local de provas para utilização dos banheiros ou beber água, antes de decorrida **01(uma) hora** do início ou **15(quinze) minutos** antes do término.
6. Ao término do prazo estabelecido para a prova, os **03(três) últimos candidatos** deverão permanecer na sala até que o último candidato termine sua prova, devendo todos assinar a Ata de Sala, atestando a idoneidade da fiscalização das provas e somente poderão deixar o local de provas, juntos, não sendo possível nem mesmo a utilização do banheiro e bebedouro.
7. Os candidatos **PODERÃO** levar consigo o Caderno de Questões.
8. O gabarito estará disponível no endereço eletrônico **novo.ibgpconcursos.com.br** no dia **09/02/2025** a partir das **20h**.

A Comissão Examinadora do IBGP Concursos lhe deseja uma boa prova!

IBGP
Instituto Brasileiro de Gestão e Pesquisa

PÁGINA EM BRANCO

PORTUGUÊS

INSTRUÇÃO: Para responder às questões de **01** a **05**, leia atentamente o texto a seguir:

Poder Judiciário realiza processo seletivo para "Programa de Residência e Extensão de Prática Jurídica"

O processo seletivo para ingresso no "Programa de Residência Jurídica e Extensão de Prática Jurídica no âmbito do Poder Judiciário de Mato Grosso" foi realizado na tarde desse domingo (24), no Bloco F da Universidade de Cuiabá (Unic).

Mesmo com a alta temperatura na Capital, os mais de mil pós-graduandos (e/ou recém-bacharéis) em Direito tiveram por volta de quatro horas, das 13h às 17h30 (horário de Cuiabá), para responderem as questões referentes às provas objetivas e discursivas.

A gestora de Ingresso do Departamento de Gestão de Pessoas, Maria Cristina Tibles Brandão, comemorou a alta adesão dos candidatos e ressaltou que essa é a primeira vez que o Judiciário Estadual promove o seletivo. "Além do aprendizado que estamos oferecendo, o ingresso dos residentes irá trazer mais celeridade aos processos nos gabinetes de primeira e segunda instância."

"Esta iniciativa também agrega muita qualidade ao trabalho, pois os magistrados poderão encontrar (nos residentes) com profissionais já preparados, com uma importante experiência, para então, eventualmente, alcancem até mesmo a função de assessores", completa a gestora.

A bacharela em Direito, Gislaine Oliveira, é uma das candidatas que participou do processo seletivo. Ela afirma "ser um sonho antigo poder trabalhar no Tribunal de Justiça de Mato Grosso". "Estou atualmente na Delegacia Fazendária, junto à sede das promotorias, mas gostaria de migrar para o TJ. Seria uma oportunidade de aprendizado e conhecimento, muito definidora para o meu futuro profissional", destaca a jovem.

Dos 1.458 candidatos aptos a realizarem o processo, 419 não compareceram. O número de ausências representa 28,74% do total.

Programa - A residência jurídica é destinada a bacharéis em Direito que estejam cursando especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado, ou que tenham concluído o curso de graduação há, no máximo, cinco anos.

O Programa do Judiciário mato-grossense oferta 21 vagas, sendo nove para os gabinetes de magistrados de segundo grau de jurisdição e 12 para primeira instância.

Por meio da Portaria TJMT/PRES nº 933, de 09 de agosto de 2024, foi fixado o quadro de vagas do Programa e estipulado o valor da bolsa-auxílio de R$ 3.500,00.

Resolução no TJMT – O Programa atende a Resolução 439/2022 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e foi proposto em julho deste ano pela presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), desembargadora Clarice Claudino da Silva. A iniciativa foi aprovada por unanimidade pelo Colegiado da Corte e deu origem à Resolução TJMT/OE nº 09, de 25 de julho de 2024.

(Marco Cappelletti. Coordenadoria de Comunicação Social do TJMT. Disponível em: https://www.tjmt.jus.br/noticias/2024/11/poder-judiciario-realiza-seletivo-para-programa-residencia-e-extensao-pratica-juridica. Acesso em novembro 2024 – Texto adaptado)

QUESTÃO 01

Com relação ao gênero discursivo do texto lido, assinale a alternativa **INCORRETA**:

A) O texto lido pertence ao gênero discursivo "notícia", pois informa fatos relevantes sobre um determinado evento, qual seja, o Poder Judiciário realizou processo seletivo para o Programa de Residência e Extensão de Prática Jurídica no âmbito do Poder Judiciário de Mato Grosso.
B) O texto lido foi divulgado em meio de comunicação de circulação ampla. No caso, no site https://www.tjmt.jus.br.
C) O texto lido é argumentativo e se enquadra no gênero discursivo "reportagem", pois é um discursivo mais aprofundado e opinativo, indo para além do cunho informativo e impessoal.
D) O texto lido tem por objetivo informar fatos relevantes e atuais para a sociedade, é formal, claro, objetivo e adequado à norma-padrão da língua portuguesa.

QUESTÃO 02

"Mesmo com a alta temperatura na Capital, os mais de mil pós-graduandos (e/ou recém-bacharéis) em Direito tiveram por volta de quatro horas, das 13h às 17h30 (horário de Cuiabá), para responderem às questões referentes às provas objetivas e discursivas.".

A expressão sublinhada, neste excerto, pode ser **CORRETAMENTE** classificada como:

A) Locução conjuntiva de oposição, pois subordina uma oração a outra.
B) Locução adverbial, pois indica a ideia de negação e se refere a um verbo.
C) Locução nominal, pois apresenta duas palavras com função de nome.
D) Locução prepositiva com o sentido, no contexto, de oposição.

QUESTÃO 03

"Resolução no TJMT – O Programa atende a Resolução 439/2022 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e foi proposto em julho deste ano pela presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), desembargadora Clarice Claudino da Silva.". O fragmento sublinhado neste excerto apresenta um problema sintático. Marque a alternativa que explica **CORRETAMENTE** esse problema:

A) O verbo "atender", quando rege uma expressão que não se refere a pessoas, mas a "coisas", deve ser usado como verbo transitivo indireto e, portanto, vai exigir, no caso do contexto em tela, a preposição "a". Sendo assim, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa mais comumente aceita pelos gramáticos, o correto é escrever "O Programa atende à Resolução 439/2022".
B) No caso em análise, o verbo "atender" tem o sentido de assistir, de cuidar de alguém, por isso ele não rege o termo "Resolução" por meio de preposição, devendo a escrita permanecer como está registrada.
C) No fragmento sublinhado, o correto é escrever "O Programa atende pela Resolução 439/2022", isso porque a regência do verbo atender (verbo intransitivo) sempre demanda o uso subsequente da preposição "por".
D) No fragmento sublinhado, o correto é escrever "O Programa atende juntamente com a Resolução 439/2022", isso porque a regência do verbo atender (verbo bitransitivo) sempre demanda o uso subsequente da expressão "juntamente com".

QUESTÃO 04

"A gestora de Ingresso do Departamento de Gestão de Pessoas, Maria Cristina Tibles Brandão, comemorou a alta adesão dos candidatos e ressaltou que essa é a primeira vez que o Judiciário Estadual promove o seletivo. "Além do aprendizado que estamos oferecendo, o ingresso dos residentes irá trazer mais celeridade aos processos nos gabinetes de primeira e segunda instância.".

É **CORRETO** afirmar que o fragmento sublinhado apresenta-se registrado como:

A) Discurso direto.
B) Discurso indireto.
C) Discurso indireto livre.
D) Fluxo de consciência.

QUESTÃO 05

"Esta iniciativa também agrega muita qualidade ao trabalho, pois os magistrados poderão encontrar (nos residentes) com profissionais já preparados, com uma importante experiência, para então, eventualmente, alcancem até mesmo a função de assessores", completa a gestora.". Do ponto de vista da conjugação verbal, o verbo sublinhado causa estranhamento no contexto sintático-semântico em que aparece.

Assinale a alternativa que explica **CORRETAMENTE** esse estranhamento:

A) O verbo "alcancem" está no modo subjuntivo; portanto, antes de seu registro deveria ter sido usada a palavra "que". A escrita deveria ficar assim: ... os magistrados poderão encontrar (nos residentes) com profissionais já preparados, com uma importante experiência, para que então, eventualmente, alcancem até mesmo a função de assessores.
B) O verbo "alcancem" está no modo indicativo; portanto, antes de seu registro deveria ter sido usada a palavra "que". A escrita deveria ficar assim: ... os magistrados poderão encontrar (nos residentes) com profissionais já preparados, com uma importante experiência, para que então, eventualmente, alcancem até mesmo a função de assessores.
C) O verbo "alcancem" está no modo imperativo; portanto, antes de seu registro deveria ter sido usada a palavra "que". A escrita deveria ficar assim: ... os magistrados poderão encontrar (nos residentes) com profissionais já preparados, com uma importante experiência, para que então, eventualmente, alcancem até mesmo a função de assessores.
D) O verbo "alcancem" é forma nominal do verbo "alcançar"; portanto, antes de seu registro deveria ter sido usada a palavra "que". A escrita deveria ficar assim: ... os magistrados poderão encontrar (nos residentes) com profissionais já preparados, com uma importante experiência, para que então, eventualmente, alcancem até mesmo a função de assessores.

RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÃO 06

Ana é uma jogadora experiente no jogo de Paciência *FreeCell*, que utiliza um total de 52 cartas. No início do jogo, todas as cartas são distribuídas igualmente entre oito colunas, sendo que as quatro primeiras colunas recebem uma carta a mais do que as quatro últimas. Não há cartas no estoque no início do jogo.

É **CORRETO** afirmar que a quantidade de cartas distribuídas em cada uma das quatro primeiras colunas é:

A) 6 cartas.
B) 7 cartas.
C) 8 cartas.
D) 9 cartas.

QUESTÃO 07

Em um pequeno vilarejo, os organizadores de uma gincana decidiram numerar as equipes com base em uma sequência especial. O número da primeira equipe foi definido como 5, e os números seguintes da sequência são obtidos somando-se ao número anterior o próximo número ímpar consecutivo, começando pelo número 3.

Seguindo esse padrão, é **CORRETO** afirmar que o número da sexta equipe será:

A) 35
B) 37
C) 40
D) 52

QUESTÃO 08

Analise a seguinte proposição:

"Cristóvão participa do congresso se, e somente se, Maria for com ele."

Assinale a alternativa que apresenta **CORRETAMENTE** a representação simbólica para a sentença apresentada.

A) $P \vee Q$
B) $P \leftrightarrow Q$
C) $P \sim Q$
D) $P \wedge Q$

QUESTÃO 09

Em uma rifa de final de ano, 150 bilhetes foram colocados à venda para arrecadar fundos. Carlos comprou 6 bilhetes, enquanto o restante foi distribuído entre outros participantes.

Assinale a alternativa que apresenta **CORRETAMENTE** a probabilidade de Carlos ser o vencedor do sorteio.

A) 4%
B) 2%
C) 6%
D) 5%

QUESTÃO 10

Uma impressora do instituto começou a imprimir continuamente a sequência de palavras **"CONCURSOSAOJOAQUIMDEBICAS"**, sem espaços e sem interrupção. A impressão iniciou em um folheto em branco com a seguinte escrita: **CONCURSOSAOJOAQUIMDEBICASCONCURSOSAOJOAQUIMDEBICAS...** e continuou indefinidamente. Quando a impressão foi interrompida, o caractere de número 1.000 foi completamente impresso.

É **CORRETO** afirmar que a última letra impressa foi:

A) C
B) S
C) A
D) I

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 11

Os procedimentos previstos na Lei Federal nº 12.527/2011 destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as algumas diretrizes:

I. Divulgação de informações de interesse público, mediante solicitação.
II. Utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação.
III. Fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública.
IV. Desenvolvimento do controle social da administração pública.

SÃO diretrizes previstas no artigo 3º da Lei o que se afirma:

A) Em duas das afirmativas.
B) Em três das afirmativas.
C) Em todas as afirmativas.
D) Em nenhuma das afirmativas.

QUESTÃO 12

A Constituição da República Federativa do Brasil versa acerca dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social.

Sobre o tema, analise os direitos descritos a seguir:

I. Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
II. Ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de dois anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.
III. Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
IV. Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

A) I, II, IV.
B) II, III, IV.
C) I, II, III.
D) I, III, IV.

QUESTÃO 13

A informação confidencial diz respeito a dados que precisam ter seu acesso limitado ao público por um determinado período, devido à sua relevância para a segurança da sociedade e do Estado. Quanto ao nível de sigilo, as informações podem ser classificadas como ultrassecretas, secretas ou reservadas, dependendo do risco que sua divulgação pode causar à sociedade ou ao Estado. A competência para classificar informações como ultrassecretas é atribuída, no âmbito da administração pública federal, a algumas autoridades, conforme preconiza a Lei Federal nº 12.527/2011.
Assinale a alternativa que **NÃO** corresponda a uma dessas autoridades:

A) Titulares de autarquias.
B) Ministros de Estado.
C) Chefes de Missões Diplomáticas.
D) Comandante da Marinha.

QUESTÃO 14

Com base na Lei Orgânica Municipal de São Joaquim de Bicas, ao Município é vedado:

I. Estabelecer culto religioso ou igreja, subvencioná-los, embarcar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou com seus representantes, relações de dependência ou de aliança, ressalvada a colaboração de interesse eminentemente público.
II. Recusar fé a documento público.
III. Criar distinções entre brasileiros ou preferência em relação às demais unidades da Federação.
IV. Subvencionar ou auxiliar, de qualquer modo, com recursos pertencentes aos cofres públicos, quer pela imprensa escrita, rádio, televisão, serviço de autofalante ou qualquer outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou fins estranhos à Administração.

Dos itens acima, estão **CORRETOS:**

A) Apenas I e II.
B) Apenas II e III.
C) Apenas III e IV.
D) Todos os itens.

QUESTÃO 15

República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem os princípios, que regem as suas relações internacionais, descritos no artigo 4º da Constituição de 1988. Assinale a alternativa que contenha **APENAS** princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil:

A) Concessão de asilo político; Autodeterminação dos povos.
B) Não-intervenção; Soberania.
C) Igualdade entre os Estados; Dignidade da pessoa humana.
D) Defesa da paz; Garantia do desenvolvimento nacional.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 16

A administração indireta compreende entidades dotadas de personalidade jurídica própria, constituídas para exercer funções públicas de modo autônomo. Acerca destas entidades, assinale a alternativa **CORRETA**:

A) Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta.
B) As fundações públicas adquirem personalidade jurídica com a inscrição da escritura pública de sua constituição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, não se lhes aplicando as demais disposições do Código Civil concernentes às fundações.
C) Fundação pública é o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.
D) Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criado por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.

QUESTÃO 17

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro constitui importante fonte acerca da aplicação das normas jurídicas no país. Acerca dos dispositivos desta lei, assinale a alternativa **INCORRETA**:

A) A lei do local de nascimento do herdeiro ou legatário regula a capacidade para suceder.
B) Quando a pessoa não tiver domicílio, considerar-se-á domiciliada no lugar de sua residência ou naquele em que se encontre.
C) A sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que domiciliado o defunto ou o desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens.
D) Só à autoridade judiciária brasileira compete conhecer das ações relativas a imóveis situados no Brasil.

QUESTÃO 18

Acerca da anulação, revogação e convalidação dos atos administrativos e com base na legislação vigente e no entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa **INCORRETA**:

A) Nos processos perante ao Tribunal de Contas da União, asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
B) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
C) Em decisão na qual se evidencie acarretarem lesão ao interesse público ou prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.
D) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

QUESTÃO 19

O parágrafo 6º do art. 37 da Constituição estabelece que "as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa".

Sobre o tema da responsabilidade civil do Estado, com base na legislação e na jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa **CORRETA**:

A) O entendimento do Supremo Tribunal Federal a respeito da matéria encontra-se firmado no sentido de que as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público respondem objetivamente por suas ações e subjetivamente em relação às omissões em face de reparação de danos materiais suportados por terceiros.
B) É subjetiva a Responsabilidade Civil do Estado em relação ao profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes. Cabe a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, nas hipóteses em que o profissional de imprensa descumprir ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, em que haja grave risco à sua integridade física.
C) As concessionárias de rodovias respondem, independentemente da existência de culpa, pelos danos oriundos de acidentes causados pela presença de animais domésticos nas pistas de rolamento, aplicando-se as regras do Código de Defesa do Consumidor e da Lei das Concessões.
D) A concessionária de rodovia deve ser responsabilizada por roubo com emprego de arma de fogo, cometido contra seus usuários em posto de pedágio.

QUESTÃO 20

A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição, conforme dispõe seu art. 18. O texto constitucional distribui as competências entre os entes da federação.

Acerca do tema, com base nas normas constitucionais e no entendimento do STF, assinale a alternativa **CORRETA**:

A) É inconstitucional — por violar a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional — lei estadual que veda a adoção da "linguagem neutra" na grade curricular e no material didático de instituições de ensino públicas e privadas, assim como em editais de concursos públicos locais.
B) A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
C) É constitucional a lei estadual que regulamenta o programa jovem aprendiz, por se tratar de competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre direito do trabalho.
D) É constitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.

QUESTÃO 21

A Constituição dispõe acerca da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, a ser exercida por controle interno de cada poder e externo, pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas. Sobre o tema, assinale a alternativa **CORRETA**:

A) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros natos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinto anos de idade, com idoneidade moral e reputação ilibada, bem como notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública e mais de vinte anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.
B) Compete ao Tribunal de Contas da União julgar prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em trinta dias a contar de seu recebimento.
C) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.
D) Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

QUESTÃO 22

Analise as alternativas a seguir e assinale **CORRETA,** com base nas normas constitucionais e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca do controle de constitucionalidade:

A) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou municipal.
B) Cabe controle concentrado de constitucionalidade de leis ou ato normativos municipais contra a Lei Orgânica respectiva. Em outras palavras, a Lei Orgânica do Município é parâmetro de controle abstrato de constitucionalidade junto ao Tribunal de Justiça do Estado.
C) O Tribunal de Justiça julga as ações de controle concentrado de constitucionalidade em âmbito estadual. Se o parâmetro, ou seja, a norma da Constituição Estadual que foi apontada como violada, for uma norma de reprodução obrigatória, não caberá recurso extraordinário contra o acórdão do TJ que julgou a ADI em âmbito estadual.
D) É do Prefeito do Município, e não do próprio Município ou de seu Procurador-Geral, a legitimidade para fazer instaurar, mesmo em âmbito local (CF, art. 125, § 2º), o processo de fiscalização abstrata de constitucionalidade.

QUESTÃO 23

A liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato, conforme dispõe o art. 421 do Código Civil, prevalecendo o princípio da intervenção mínima e da excepcionalidade da revisão contratual. Sobre a disciplina dos contratos e suas espécies, assinale a alternativa **CORRETA**:

A) Nos contratos onerosos, o adquirente responde pela evicção. Subsiste esta garantia ainda que a aquisição se tenha realizado em hasta pública.
B) Se o contrato for aleatório, por serem objeto dele coisas futuras, tomando o adquirente a si o risco de virem a existir em qualquer quantidade, terá também direito o alienante a todo o preço, desde que de sua parte não tiver concorrido culpa, ainda que a coisa venha a existir em quantidade inferior à esperada. Mas, se da coisa nada vier a existir, alienação não haverá, e o alienante restituirá o preço recebido.
C) Nos contratos de compra e venda, até o momento da tradição, os riscos da coisa e os do preço correm por conta do vendedor. Todavia, os casos fortuitos, ocorrentes no ato de contar, marcar ou assinalar coisas, que comumente se recebem, contando, pesando, medindo ou assinalando, e que já tiverem sido postas à disposição do comprador, correrão por conta deste.
D) A doação a entidade futura caducará se, em cinco anos, esta não estiver constituída regularmente.

QUESTÃO 24

Analise as afirmações a seguir acerca da capacidade processual e, com base nas normas do Código de Processo Civil, assinale a alternativa **CORRETA**:

A) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, independentemente de qual seja o regime de bens do casamento.
B) Os Estados e o Distrito Federal poderão ajustar compromisso recíproco para prática de ato processual por seus procuradores em favor de outro ente federado, mediante convênio firmado pelas respectivas procuradorias.
C) A sociedade ou associação sem personalidade jurídica poderá opor a irregularidade de sua constituição, quando demandada.
D) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz o julgará extinto sem resolução de mérito.

QUESTÃO 25

O Código de Processo Civil dispõe que a tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. Sobre o tema e com base nas normas processuais civis, assinale a alternativa **CORRETA**:

A) Se por qualquer motivo cessar a eficácia da tutela cautelar, é vedado à parte renovar o pedido, ainda que sob novo fundamento.
B) A tutela de evidência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
C) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada. Salvo decisão judicial em contrário, a tutela provisória não conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.
D) Concedida a tutela antecipada antecedente, o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em 15 (quinze) dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar. Não realizado o aditamento, o processo será extinto sem resolução do mérito.

QUESTÃO 26

O art. 42 do Código de Processo Civil estabelece que "as causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência, ressalvado às partes o direito de instituir juízo arbitral, na forma da lei". Sobre o tema da competência, assinale a alternativa **CORRETA**:

A) O ajuizamento de ação em juízo aleatório, entendido como aquele sem vinculação com o domicílio ou a residência das partes ou com o negócio jurídico discutido na demanda, não constitui prática abusiva que justifica a declinação de competência de ofício.
B) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens imóveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu.
C) O registro ou a distribuição da petição inicial torna prevento o juízo.
D) Dá-se a continência entre 2 (duas) ou mais ações, quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.

QUESTÃO 27

O art. 150, inciso VI, da Constituição trata das imunidades tributárias. O tema, no entanto, é alvo de inúmeras controvérsias, levando o Supremo Tribunal Federal a decidir acerca dos limites e extensões de tais imunidades.

Sobre o tema, com base na jurisprudência do STF e nas normas constitucionais, assinale a alternativa **CORRETA**:

A) As entidades religiosas podem se caracterizar como instituições de assistência social a fim de se beneficiarem da imunidade tributária prevista no art. 150, VI, c, da Constituição, que abrangerá só os impostos sobre o seu patrimônio, renda e serviços, não atingindo os impostos sobre a importação de bens a serem utilizados na consecução de seus objetivos estatutários.
B) A imunidade tributária sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão aplica-se ao livro eletrônico (e-book), não incluindo os suportes exclusivamente utilizados para fixá-lo.
C) A imunidade tributária recíproca reconhecida à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos — ECT alcança o IPTU incidente sobre imóveis de sua propriedade e por ela utilizados, não se podendo estabelecer, a priori, nenhuma distinção entre os imóveis afetados ao serviço postal e aqueles afetados à atividade econômica.
D) As empresas públicas e as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos essenciais, ainda que distribuam lucros a acionistas privados, são beneficiárias da imunidade tributária recíproca prevista no artigo 150, VI, a, da Constituição Federal, independentemente de cobrança de tarifa como contraprestação do serviço.

QUESTÃO 28

A política fiscal da União deve ser conduzida de modo a manter a dívida pública em níveis sustentáveis, prevenindo riscos e promovendo medidas de ajuste fiscal em caso de desvios, garantindo a solvência e a sustentabilidade intertemporal das contas públicas, conforme dispõe o § 2º do art. 1º da Lei Complementar n. 200/2023, que institui o regime fiscal sustentável. Antes da edição desta lei, já vigorava no país a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000), que também visa à garantia da responsabilidade na gestão fiscal. Neste contexto, assinale a alternativa **INCORRETA**:

A) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos quatro seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e necessariamente trazer medidas de compensação, com majoração de alíquotas, vedada a criação de novos tributos.
B) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
C) É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
D) Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

QUESTÃO 29

Sobre as normas regentes do direito do trabalho e do direito processual do trabalho, assinale a alternativa **CORRETA**:

A) O sócio retirante responde solidariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.
B) Das decisões proferidas em dissídio coletivo que afete empresa de serviço público, ou, em qualquer caso, das proferidas em revisão, poderão recorrer, além dos interessados, o Presidente do Tribunal e a Procuradoria da Justiça do Trabalho.
C) Ocorre a prescrição intercorrente no processo do trabalho no prazo de cinco anos, iniciada quando o executado deixa de cumprir determinação judicial no curso da execução, podendo ser requerida em qualquer grau de jurisdição, não podendo ser declarada de ofício.
D) Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis subsidiariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.

QUESTÃO 30

O Título XI do Código Penal trata dos crimes contra a administração pública. Sobre o tema, assinale a alternativa **CORRETA**:

A) Frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório é crime punível com reclusão de 4 (quatro) a 8 (oito) anos e multa.
B) O crime de corrupção passiva consiste em exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
C) Inserir ou facilitar o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano configura crime de falsidade ideológica.
D) Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função importa na prática do crime de advocacia administrativa.

ORIENTAÇÕES – PROVA DISCURSIVA E QUESTÕES DISSERTATIVAS

As orientações a seguir têm como base o Edital n° 02/2024 do CONCURSO PÚBLICO DE SÃO JOAQUIMD DE BICAS/MG.

9.4.1. A Segunda Etapa deste Concurso Público será constituída de Prova Discursiva, de caráter classificatório e eliminatório, que será aplicada somente para o(a) cargo/função de Advogado.

9.4.2. A Prova Discursiva para o(a) cargo/função de Advogado **será** aplicada conjuntamente com a Prova Objetiva de Múltipla Escolha.

9.4.3. Copiar e colar toda a Cláusula. A Prova Discursiva terá o **valor total de 40,0 (quarenta) pontos** e será composta pela confecção de **uma Peça Jurídica**, sendo eliminados os candidatos que tiverem nota zero ou que não obedecerem às orientações apresentadas no Caderno de Questões. A correção da peça jurídica será feita de acordo com os Critérios para Correção da Prova Discursiva (Anexo VIII).

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA DISCURSIVA PEÇA JURÍDICA - DIMENSÃO CONCEITUAL		
ASPECTOS AVALIATIVOS	**TOTAL DE PONTOS**	**DESCONTO POR ERRO**
Endereçamento **(EN)**	5,0	2,5
Estruturação jurídica adequada (observância dos requisitos jurídicos ou processuais obrigatórios) **(EJ)**	5,0	2,5
Fundamentação jurídica pertinente e suficiente (consistência, coerência e lógica argumentativa) **(FJ)**	15,0	2,5
Encerramento (formulação de conclusões, pedidos e requerimentos adequados) **(EC)**	5,0	2,5
TOTAL	**30,0**	

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA DISCURSIVA PEÇA JURÍDICA - DIMENSÃO FORMAL		
ASPECTOS AVALIATIVOS	**TOTAL DE PONTOS**	**DESCONTO POR ERRO**
Estruturação de período **(EP)**	2,0	1,0
Propriedade vocabular **(PV)**	1,0	0,5
Morfossintaxe (regência, concordância, emprego de crase e colocação pronominal) **(MS)**	3,0	1,0
Pontuação **(P)**	2,0	0,5
Ortografia **(O)**	2,0	0,5
TOTAL	**10,0**	

9.4.4.3. Não será permitido o uso de material de consulta durante a realização da Prova Discursiva, sendo que a prova versará sobre os itens estabelecidos no conteúdo programático disposto no Anexo IV deste Edital.

9.4.5. A Prova Discursiva será composta da elaboração de uma **peça prático-profissional** privativa do profissional Advogado (petição ou parecer), acerca de tema das áreas jurídicas do Direito Público, que **deverá ser redigida em, no mínimo, 90(noventa) linhas e, no máximo, 130(cento e trinta) linhas**.

9.4.5.1. Não será considerado o que for escrito além do espaço destinado ao candidato, sendo o mesmo penalizado pelos problemas de compreensão da resposta.

9.4.5.2. Será atribuída nota zero ao candidato que não atingir o número mínimo de 90(noventa) linhas na Peça Jurídica.

9.4.6. Será considerado aprovado na Prova Discursiva o candidato que obtiver o mínimo de **60% (sessenta por cento)** do total de pontos atribuídos à prova.

9.4.6. Serão corrigidas as Prova Discursiva dos candidatos aprovados na etapa anterior (Prova Objetiva), limitados a 10 (dez) vezes o número total de vagas em disputa para o cargo.

9.4.7. Será atribuída nota 0(zero) à Prova Discursiva:

a) Cujo conteúdo versar sobre tema diverso do estabelecido;
b) Considerada ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, com espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à Língua Portuguesa escrita – padrão formal – ou em idioma diverso;
c) Cujo texto apresente qualquer tipo de identificação do candidato;
d) Que não atingir o número mínimo de linhas estabelecido;
e) Que for redigida fora do espaço definido;
f) Que não for escrita com caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
g) Que tiver uso de corretivos;
h) Que for redigida de maneira diversa à indicada nas orientações do Caderno de Prova.

9.4.10. A folha para rascunho, constante do Caderno de Prova, será de preenchimento facultativo e, em nenhuma hipótese, o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da prova.

9.4.11. Não serão fornecidas folhas adicionais para complementação da Prova Discursiva, devendo o candidato limitar-se a Folha de Respostas recebida.

TEXTO DE APOIO E COMANDO DA QUESTÃO (PEÇA JURÍDICA)

Paulo Silva, mais conhecido como Paulo da Sanfona, é um renomado cantor sertanejo e apresentador de programa de televisão, em horário nobre, que viaja pelo Brasil, em seu avião particular, buscando novos talentos da música. O artista é portador da Doença Beta e ajuizou ação contra o Município Serra do Oeste, visando à concessão de medicamento de alto custo, com pedido de liminar para a concessão imediata do fármaco. A ação tramita na Vara Cível de Serra do Oeste, no Estado X. Paulo juntou ao processo a relação de medicamentos registrados na ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), voltados ao combate à doença e, dos quatro medicamentos constantes da lista do SUS (Sistema Único de Saúde), já havia testado três e não havia obtido resultados satisfatórios. Seu médico havia, então, mencionado o medicamento Alfa, com registro na ANVISA e testes clínicos comprovados para o tratamento de outras doenças com semelhantes causas, como a Doença Gama e o Mal de Ômega, mas ausente da lista de medicamentos fornecidos pelo SUS. Alfa também havia sido objeto de testes realizados em outros países e aprovação pelas agências responsáveis, mas não havia sido comprovada a eficácia do tratamento para a Doença Beta. O médico, então, se ofereceu para elaborar um laudo detalhado acerca das potenciais utilidades de Alfa para a doença Beta e os esperados avanços para o tratamento de Paulo, considerando as outras opções disponíveis e os tratamentos já realizados pelo paciente, indicando que poderia entregar o documento após algum tempo de estudo para reunir o material científico necessário. Diante da urgência em conseguir um tratamento adequado, imediatamente após ouvir a recomendação do médico, sem esperar pelo laudo, Paulo buscou um advogado e ajuizou a ação em questão, com o objetivo de dar mais celeridade à obtenção do fármaco. O custo do medicamento Alfa seria de 250 (duzentos e cinquenta) salários-mínimos ao ano e o Município era o único integrante do polo passivo da ação ajuizada pelo artista.

Na condição de procurador municipal, **ELABORE** a peça processual cabível, apontando os fundamentos de fato e de direito, necessários à proteção dos interesses do Município. O relatório (exposição dos fatos) é dispensável.

RASCUNHO – PROVA DISCURSIVA (PEÇA JURÍDICA)

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10

11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61

62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100
101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112

113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130

ATENÇÃO:
AGUARDE AUTORIZAÇÃO
PARA VIRAR O CADERNO DE PROVA.